

Festival de besteiras

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Coivara: substantivo feminino, quantidade de ramagens a que se põe fogo nas roçadas para desembaraçar o terreno e adubá-lo com as cinzas, facilitando a cultura; fogueira. Os melhores dicionários explicam o que é coivara. O hábito de limpar o terreno com fogo é muito antigo e tradicional no Brasil. Os índios faziam, e ainda fazem isso, nas suas áreas para afastar bichos e limpar o terreno. Os fazendeiros praticam. Além disso, há quem coloque fogo no mato para proteger a propriedade. É o fogo contra fogo, entre um e outro, constrói-se um acero — área capinada de três ou quatro metros de largura para impedir a progressão do incêndio.

A seca é tradicional e regular no Centro-Oeste brasileiro. Ela também se manifesta com maior ou menor intensidade na Amazônia. No Nordeste, ela não é episódica. É um fenômeno mais longo e permanente. Enfim, o país é assolado por fenômenos naturais de diversos matizes, e o pessoal que estuda o meio ambiente deveria saber o que está ocorrendo nesses dias no enorme território brasileiro. Aliás, as queimadas não respeitam fronteiras, invadiram Bolívia e Peru, na América do Sul. E todos os anos abalam os alicerces da poderosa Califórnia e, vez por outra, assustam os portugueses. Queimada não é privilégio brasileiro.

É espantosa a quantidade de frases lançadas ao vento pelas autoridades brasileiras. Segundo elas, os incêndios verificados em São Paulo, nos dois Mato Grosso, na Amazônia foram consequências de incêndios ilegais, ou criminosos. É difícil imaginar que a oposição, ou grupos de criminosos, previamente instruídos, tenham sido distribuídos pelo território nacional com caixa de fósforos na mão para incendiar fazendas. Para queimar, inclusive, a produção que estava perto de ser colhida e proporcionar prejuízos colossais. É ridículo apontar o dedo para eventual criminalidade e esquecer a rigorosa seca que assola a maior parte do território nacional. O mato seco, com vento forte, oferece combustível ideal para o fogo se propagar. Em vez de prevenir, é mais fácil jogar a culpa em incendiários anônimos.

Os comentários públicos, sem qualquer reflexão anterior, estão colocando o presidente da República numa posição estranha. Ele está se transformando na própria crise. Lula não precisava fazer, de público, críticas à atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na liberação de novos remédios. Não sei se a crítica é, ou não, precedente. Sei que o presidente pode pegar o telefone e fazer a crítica pessoalmente. Sem dar publicidade ao fato. Pela falta de reflexão prévia, levou uma resposta desafortada e bem fundamentada.

No caso da Venezuela, a situação está desagradável. Nicolás Maduro faz o que quer, mente, trapaceia, não cumpre acordos, e o presidente brasileiro segue falando em negociar. Insiste em nova eleição, tese repudiada por governo e oposição. Perdeu a credibilidade nos dois lados. Ainda foi chamado de laçao do imperialismo ianque. Não precisava ouvir isso.

As críticas à Vale também foram além do razoável. A empresa seria, segundo ele, um cachorro sem dono, a quem ninguém dá comida ou água. A Vale vai muito bem, disputa com empresa australiana o



título de maior mineradora do mundo, tem negócios em vários pontos do planeta. Administra a estrada de ferro Carajás, que exporta mais de 200 milhões de toneladas de minério de ferro/ano. As críticas presidenciais se originam do fato de que ele não conseguiu colocar seu protegido em posição relevante na empresa. Ele também não digere a privatização da Eletrobras. E faz profissão de fé a favor de empresas estatais que, historicamente, são ineficientes e deficitárias. Pretende ressuscitar a velha Telebras.

As eleições municipais tendem a reduzir a reduzida capacidade de os políticos se preocuparem com o país. Ninguém enxerga a próxima geração. Nesse momento, é mais importante produzir frases de efeito, atacar o oponente e ter o cuidado de não fixar nenhuma promessa na mente do eleitor. O presidente precisa falar ao lado de seus

candidatos na tentativa de sensibilizar o povo. As perspectivas eleitorais do PT nas grandes cidades não são favoráveis. É razoável que ele diga o que, supostamente, o eleitor quer ouvir.

Ele afirma, por exemplo, que a Telebras poderá produzir inteligência artificial de melhor qualidade que empresas estrangeiras. Sonho. Não há técnica, investimento, conhecimento e know-how para conseguir o milagre de o Brasil liderar nesse complexo setor da inteligência artificial. Chineses e norte-americanos estão numa corrida frenética para conseguir autonomia no setor. O Brasil, anos atrás, experimentou a reserva de mercado na informática com objetivo de desenvolver esse segmento no país. Conseguiu apenas aumentar o contrabando de computadores e equipamentos de informática produzidos no exterior.

Brasil, já somos um narcoestado?

» HAMILTON MOURÃO
Senador da República

A década de 1980 e o case Escobar — Colômbia materializaram o surgimento, fortalecimento e consolidação de poderosas organizações criminosas ligadas ao narcotráfico. O mundo descobriu a força dos empreendimentos milionários manobrados pelas máfias das drogas no planeta. Hoje, países, como Guiné-Bissau, Afeganistão, Kosovo, Suriname, Venezuela e México são consensualmente conhecidos como narcoestados; constituindo-se, em função disso, em ameaças à estabilidade regional.

Na literatura, diz-se que um país é um narcoestado quando suas instituições, principalmente as políticas, estão significativamente envolvidas e influenciadas pelo tráfico de drogas, e seus gestores atuam em simultaneidade nos cargos formais de funcionários públicos ao mesmo tempo em que são, direta ou indiretamente, apoiadores de facções e redes ligadas ao tráfico de entorpecentes. Tal perversa realidade faz com que esses ilícitos acabem por ser amparados pelos respectivos poderes legais e constituídos.

Um das ferramentas que compõem o modus operandi para a coação e a conquista de poder são as ações cinéticas de narcoterrorismo, protagonizadas por ataques na modelagem do tipo terrorista contra pessoas e instituições que empreendem ações antinarcóticas no país. Essas ações, em paralelo com as articulações baseadas na corrupção de agentes públicos, acabam por influenciar as políticas de um governo, onde os criminosos financiam campanhas políticas, influenciam

contratações e atuam no ordenamento de despesas públicas; macabra realidade que intimida e imobiliza a sociedade de bem.

O Brasil de 2024, em estado de torpor, vai construindo a “tempestade perfeita”. Vê-se uma perigosa imobilidade das políticas públicas voltadas para a defesa e a segurança. Em verdade, a força das facções criminosas avança a olhos vistos, os órgãos de segurança pública se esforçam heroicamente, mas esbarram na falta de valorização profissional, falta de efetivos e falta de equipamentos; tudo isso agravado por uma campanha insidiosa de comunicação, em que o bandido é “vítima da sociedade” e os operadores policiais são adjetivados como “truculentos” e outras coisas pejorativas.

A infiltração das organizações narcoterroristas na administração pública e no meio político é periodicamente revelada pela mídia em episódios pontuais, mas obviamente em escala muito menor do que a realidade. O ambiente carcerário, também caótico, transformou-se em verdadeiro laboratório do crime, onde meliantes se aprimoram, conseguem liderar seus grupos e, inclusive, coordenar ações contra agentes do Estado.

As armas de grosso calibre, que sustentam a realidade dos “territórios liberados”, diariamente aumentam quantitativa e qualitativamente os arsenais na mão dos narcoterroristas, ao contrário do que parcela da imprensa teima em divulgar, elas não provêm dos CACs e dos cidadãos comuns, os quais não podem nem nunca puderam

adquirir fuzis automáticos e metralhadoras. O arsenal do tráfico entra pelas nossas fronteiras, em contêineres que chegam em aviões, navios e em caminhões e cargas que voltam dos países do entorno. Sim, fica a constatação límpida de que nossas extensas fronteiras são permeáveis, as estruturas de fiscalização aduaneira não conseguem atuar proporcionalmente às demandas, mas, principalmente, faltam políticas públicas que instrumentalizem um eficaz e poderoso controle fronteiriço.

Por óbvio, iremos perguntar, então qual é a solução? A resposta não é simples, porque simples não é o problema. Certamente, a busca de soluções implica planejamentos e medidas de curto, médio e longo prazo; que ataquem as facções criminosas em seu âmago, que desnudem os entes governamentais envolvidos, fazendo cair suas lideranças, imobilizando sua capacidade financeira e acabando com as áreas e territórios liberados, os quais se sustentam pelo poderio bélico.

Ao fim, cumpre-nos, como sociedade, refletir sobre o futuro que queremos, pois se o Brasil ainda não é um narcoestado, é certo que caminha na senda da cumplicidade para tal fim. Urge um esforço nacional, com inteligência, estratégia e objetivos claros. Há que valorizar as polícias, há que atuar na legislação penal e no rito processual, buscando acabar com a leniência dos tribunais que, hoje, parecem se preocupar mais com política do que com a paz e a ordem tão necessárias ao nosso crescimento enquanto sociedade.

A primeira viagem a Angola

» FRANCISCO AIRES AFONSO FILHO
Tata Nganga Ngunzeta, graduado em teologia e pedagogia, pós-graduado em direito administrativo disciplinar

Em 2023, este autor pisou pela primeira vez no continente africano, especificamente em Angola, nação localizada no centro-africano. Pisar naquele solo ancestral foi ter a sensação de um retorno para casa, já que o mote da viagem era a afirmação e o reconhecimento da autoidentidade cultivada no candomblé angola-kongo e herdada por gerações ancestrais, por meio do processo iniciático, que manteve os conceitos civilizatórios e saberes dos povos vítimas do holocausto escravagista.

Ao colocar sua cabeça na terra e bater as palmas tradicionais para saudar a ancestralidade daquele local, refizeram-se o vínculo e a sintonia com tudo que aquele chão significava e iniciou-se o processo de busca e reconhecimento geográfico, linguístico, transcendente, alimentar e cultural. Essa reaproximação de identidades — forjadas nas mesmas bases, porém, com grande distância, da largura de um oceano — trouxe surpresas magníficas, como, por exemplo, não se sentir estranho nem perdido em locais e comunidades ainda não visitados nesta existência, ao saber o que tinha depois de uma curva ou de uma montanha e se sentir em casa em locais e estruturas sociais como se sempre tivesse vivido ali.

Mas também trouxe estranhamentos, como se eu, ilusoriamente, como uma saude na alma dos tempos de antes de nascer, esperasse algo que não tivesse sofrido o peso da colonização europeia e religiosa impostas aos povos e estruturas sociais daquela terra. Como se fosse uma expectativa de que nada tivesse mudado naquele chão desde o momento de ruptura das estruturas tradicionais. Aquela saudade de querer encontrar uma realidade cristalizada no tempo, uma fotografia de um território que existia até o momento da invasão e escravização do seu povo.

O peso da colonização é real em todos os aspectos da vida em Angola e nos povos que a compõem, mas não foi capaz de desfigurar suas identidades por completo. Assim como a colonização no território que hoje chamamos Brasil foi implacável com nossos povos originários, lá também foi. Mas, mesmo com todo o peso, observa-se ainda muito de cada povo, revelando-se na resistência e no refazimento ancestral de pertencimento.

No Brasil, costumes básicos e comuns, adotados como identidade brasileira, são, na verdade, herança dos nossos povos originários e africanos. Em Angola, além de muitos costumes, especialmente na alimentação, no comportamento com as pessoas mais velhas, na luta para manter as línguas e costumes tradicionais, busca-se manter as identidades ancestrais, mesmo fragmentadas, e tudo perpassado pelo Cristianismo, como traço principal do colonizador.

O desafio de quem vai à África, especialmente se não tem letramento afro, ancestral, racial e sem o mínimo de compreensão da violência dos processos colonizadores, é conseguir desviar-se do tentador olhar “exótico”, especialmente nas questões culturais, morais e comportamentais.

Manter as identidades, ou pelo menos ser nelas referenciadas, não exige, ou não tem como premissa, que Angola não seja um país moderno. Pelo contrário, Angola oferece todas as comodidades e confortos encontrados nas grandes metrópoles, com uma boa cobertura de internet, mas com os desafios normais de uma nação que é recente, diante do pouco tempo de independência da dominação portuguesa e das estruturas deixadas pela colonização, ainda com muita força.

Como descrito no livro *De volta para casa, uma viagem a Angola*, lançado por este autor em 2024, tanto no Brasil quanto em Luanda, a primeira viagem foi de descobertas, vivências intensas e, acima de tudo, um autorreconhecimento. Conhecer e vivenciar locais que são muito significativos para nossas tradições afros na diáspora, como Luanda, Mbanza Kongo, na província do Zaire, Malange, Huambo e tantos outros reflete que toda a resistência da nossa ancestralidade foi ressignificada em nossas tradições afro-brasileiras, que, por equívocos e necessidade de sobrevivência, foram associadas só à religiosidade.

Porém, é muito mais do que uma religião, são conceitos de vida de povos que nos constituem como nação brasileira e que são basilares para a história da própria humanidade. Esse reencontro com a Terra-mãe foi salutar para reforçar os conceitos afros de pertencimento. Tanto culturais quanto civilizatórios, linguísticos, alimentares, transcendentes e ancestrais.